



Autores

Ricardo Villas Bôas Cueva
Sebastião Alves dos Reis Júnior
Altair de Lemos Júnior
Luiz Cláudio Allemand

OUVIDORIAS DE JUSTIÇA, TRANSPARÊNCIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Direito de Todos

Ricardo Villas Bôas Cueva
Sebastião Alves dos Reis Júnior
Altair de Lemos Júnior
Luiz Cláudio Allemand

Coordenadores



Área específica

Direito Administrativo.

Áreas afins

Direito Constitucional.

Público-alvo/consumidores

Acadêmicos (Docentes e Discentes),
Gestores de Tribunais, ONGs, Jornalistas.

O direito fundamental de acesso à informação e transparência apresenta-se como corolário indissociável da democracia, de modo que não há como considerá-lo sem referência a esta. [...]

É preciso pensar na busca das informações e no direito fundamental à transparência como um processo contínuo e ininterrupto de retroalimentação das redes sociais, oficiais e não oficiais, que são, simultaneamente, produtoras e propagadoras de opiniões, análises, registros e todas as formas possíveis de manifestação do pensamento. [...]

Considerando que a regra geral num Estado Constitucional Republicano é a da total transparência [...], não se exagera em reconhecer no direito fundamental ao acesso à informação um dos seus pilares mais notórios, de forma que o convite à reflexão sobre a temática aqui proposta torna-se quase uma exigência cívica.

(Trechos do artigo *Direito fundamental à informação e à transparência no Supremo Tribunal Federal e no Conselho Nacional de Justiça*, de Christine Oliveira Peter da Silva e Leonardo Peter da Silva)

FORMATO: 17 X 24 cm

CÓDIGO: 10001134

O95	<p>Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação - direito de todos / Ricardo Villas Bôas Cueva et al. (Coord.).- Belo Horizonte : Fórum, 2017.</p> <p>Outros coordenadores: Sebastião Alves dos Reis Júnior, Altair de Lemos Júnior, Luiz Cláudio Allemand</p> <p>429 p. ISBN: 978-85-450-0248-2</p> <p>1 Direito Administrativo. 2.Direito Constitucional. I. Cueva, Ricardo Villas Bôas. II. Reis Júnior, Sebastião Alves dos. III. Lemos Júnior, Altair de. IV. Allemand, Luiz Cláudio. V. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 341.3 CDU 342.9</p>
-----	--

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

CUEVA, Ricardo Villas Bôas et al. (Coord.). Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação: direito de todos. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 429 p. ISBN 978-85-450-0248-2.

SUMÁRIO

DO OMBUDSMAN ÀS OUVIDORIAS JUDICIAIS	
ALTAIR DE LEMOS JUNIOR	15
1 Introdução	15
2 <i>Ombudsman</i> . Criação sueca	15
3 Ouvidoria no Brasil colonial.....	16
4 A disseminação das ouvidorias no Brasil.....	17
5 As ouvidorias judiciais	19
6 Expectativas para o futuro.....	22
EXPANSÃO DA OUVIDORIA JUDICIÁRIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS	
ÂNGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE	25
Introdução	25
1 Criação da Ouvidoria Judiciária	25
1.1 Contexto histórico	25
1.2 Conceito	26
2 Reestruturação da Ouvidoria Judiciária do Estado do Tocantins	27
Considerações finais.....	32
Referências.....	32
Anexos.....	33
O ACESSO À INFORMAÇÃO E A SOBERANIA ESTATAL	
CARLOS HENRIQUE ABRÃO	39
1 Os princípios constitucionais relevantes	39
2 A classificação da informação e sua legalidade.....	40
3 As despesas públicas e a soberania estatal.....	40
4 A rubrica dos dados sigilosos.....	41
5 A responsabilidade do agente público.....	41
6 As empresas estatais e o sigilo da informação.....	42
7 O controle legal do sigilo à informação	43
8 A finalidade do acesso à informação pública.....	44
9 A limitação da classificação sigilosa	44
10 Síntese analítica do sigilo ao acesso da informação	45

DIREITO FUNDAMENTAL À INFORMAÇÃO E À TRANSPARÊNCIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E NO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CHRISTINE OLIVEIRA PETER DA SILVA, LEONARDO PETER DA SILVA	47
1 Prolegômenos	47
2 Do Estado de direitos fundamentais numa democracia de antíteses.....	48
3 Precedentes do Supremo Tribunal Federal	53
3.1 Análise jurimétrica	53
3.2 Análise de precedentes selecionados	53
4 Normas regulamentadoras do Conselho Nacional de Justiça.....	58
5 Considerações finais	60
Referências.....	60

OUVIDORIAS DE JUSTIÇA E CONTENÇÃO DA LITIGIOSIDADE NO NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

CLAUDIO MADUREIRA	63
1 Exposição do problema	63
2 CPC-2015 ou CPC-1973 reformado?.....	65
3 Linhas gerais do modelo de processo concebido pelo CPC-2015	66
3.1 A circunscrição dos litígios à simples divergência havida entre autor e réu acerca de como deve se dar aplicação do direito no caso concreto	67
3.2 Decisões judiciais de mérito <i>versus</i> contenção de litigiosidade: balizas para a configuração de um novo modelo processo	70
3.2.1 O problema relativo à ausência de congruência entre a decisão jurídica prolatada e o que foi deduzido no processo	70
3.2.2 A vinculação dos julgadores a precedentes como estratégia de convencimento dos jurisdicionados	75
4 À guisa de conclusão: ouvidorias de justiça e contenção da litigiosidade no novo processo civil brasileiro	77
Referências.....	78

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DO JUDICIÁRIO E A VINCULAÇÃO DO SIC ÀS OUVIDORIAS JUDICIÁRIAS: UMA PROPOSTA PARA O MONITORAMENTO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

ELIANA JUNQUEIRA MUNHÓS FERREIRA	81
1 As ouvidorias como instrumento de consolidação da democracia e dos princípios constitucionais da transparência e da participação social	81
2 Princípios e diretrizes da LAI e sua repercussão no âmbito dos tribunais	83
3 As elevadas atribuições e responsabilidades decorrentes da LAI e sua inserção na estrutura organizacional existente nas ouvidorias judiciárias.....	85
4 A busca da efetividade da LAI: o estabelecimento de fluxos sob controle da ouvidoria judiciária.....	88

OUVIDORIA DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL: DA INSERÇÃO NA ERA DIGITAL À INTEGRAÇÃO INTERINSTITUCIONAL, UM PROJETO RUMO À PLENA CIDADANIA

ELTON JOSÉ ASSIS	91
Introdução	91
Desenvolvimento.....	93
Considerações finais.....	98
Referências.....	98

CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA	101
I Introdução	101
II A Administração Pública brasileira e o controle social	102
III A transparência administrativa e a Lei de Acesso à Informação.....	107
IV A restrição do acesso à informação pelo interesse público.....	109
V Conclusão	112
Referências.....	113

A OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO E O DIREITO DE ACESSO À

INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DA CIDADANIA	
ENEIDA MELO CORREIA DE ARAÚJO	117
1 Introdução	117
2 A cidadania: direito fundamental.....	118
3 O direito de acesso à informação como instrumento da cidadania	121
3.1 Memória: base inalienável para o acesso à informação.....	122
4 O papel da Ouvidoria do Poder Judiciário em face do direito de acesso à informação	123
5 Considerações finais	126
Referências.....	126
DIREITOS À PRIVACIDADE E AO ACESSO A INFORMAÇÕES PÚBLICAS – REFLEXÕES SOBRE A DIVULGAÇÃO PROATIVA DA PRODUTIVIDADE DE SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	
ÉRICA BEZERRA QUEIROZ RIBEIRO	129
1 Introdução	129
2 Princípios e regras como espécies de normas de direitos fundamentais da Constituição alemã.....	129
3 Acesso à informação e privacidade	132
4 Transparência ativa e individualizada da produtividade de servidores do Poder Judiciário – o caso Dianópolis.....	136
5 Considerações finais	141
Referências.....	142
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO	
EUGÊNIO COUTINHO RICAS, LUIS FERNANDO MENDONÇA ALVES	143
Introdução	143
Contextualização legislativa	144
A transparência como instrumento de prevenção e combate à corrupção	145
Mecanismos de avaliação da transparência pública brasileira: Espírito Santo, um caso de sucesso	146
Aprimoramento contínuo da transparência pública.....	148
Facilitando e incentivando a participação do cidadão.....	149
Considerações finais.....	151
Referências.....	152
OS DESAFIOS DAS OUVIDORIAS NO ALCANCE DO ACESSO À JUSTIÇA NOS DIAS ATUAIS	
JOÃO LEANDRO PEREIRA CHAVES	153
Introdução	153
1 O papel das ouvidorias na busca pelo acesso à justiça.....	154
1.1 As ouvidorias, suas atribuições e ferramentas	154
1.2 O acesso à justiça e as ouvidorias	155
2 Os entraves para uma melhor atuação das ouvidorias	156
2.1 As ouvidorias e o desafio cultural	156
2.2 A operacionalização das ouvidorias.....	157
3 As medidas que podem ser adotadas pelas ouvidorias para alcançar um melhor resultado	158
Conclusão	160
Referências.....	161
DE OLHOS E OUVIDOS BEM ABERTOS: TRANSPARÊNCIA, INFORMAÇÃO E AS OUVIDORIAS	
JORGE SANTA RITTA	163
Introdução	163
Transparência.....	164
Acesso à informação	168
O Judiciário.....	169
As ouvidorias.....	171
Políticas alternativas	172
Conclusão	175
Referências.....	176

OUVIDORIAS DE JUSTIÇA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DAS OUVIDORIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	
JOSÉ OTÁVIO DE SOUZA FERREIRA	181
Ouvidorias da Justiça do Trabalho	181
Lei de Acesso à Informação – LAI.....	189
Conclusão	193
Referências.....	195
ENCONTROS E DESENCONTROS DA LEI Nº 12.527/11 (LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO)	
JULIANO HEINEN	197
Introdução	197
1 Encontros e desencontros antes da Lei de Acesso à Informação	198
2 Encontros e desencontros depois da Lei de Acesso à Informação.....	201
Conclusão	204
Referências.....	205
OUVIDORIAS DE JUSTIÇA, PARTICIPAÇÃO POPULAR E DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	
LUIZ CLÁUDIO ALLEMAND, RONALDO ARAÚJO PEDRON	207
1 Introdução	207
2 A crise de legitimidade do Poder Judiciário	209
3 Sobre a Ouvidoria do CNJ	212
4 Ouvidorias como instrumento de participação popular.....	213
Referências.....	216
AS OUVIDORIAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DIFERENCIADA	
LUIZ RONAN NEVES KOURY	219
Introdução	219
Histórico	221
Publicidade das informações.....	222
As ouvidorias e a Lei de Acesso à Informação.....	223
Ouvidorias na Justiça do Trabalho	225
Conclusão	226
TRANSPARÊNCIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E SISTEMAS DE INTEGRIDADE PÚBLICA	
MARCELO ZENKNER	229
1 Introdução	229
2 A publicidade e a transparência como conceitos complementares	230
3 A importância dos dados governamentais abertos para a integridade governamental.....	231
4 O direito de acesso à informação em Portugal e no Brasil.....	232
5 Sistemas de integridade pública	237
5.1 Noções gerais.....	237
5.2 Sistemas de integridade pública em Portugal e no Brasil.....	239
6 Conclusão	241
Referências.....	242
A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A RESPONSABILIDADE JURÍDICA DISCIPLINAR DOS AGENTES PÚBLICOS DO PODER JUDICIÁRIO	
MARCOS DE LIMA PORTA, THIAGO NEMI BONAMETTI	245
Referências.....	255
A IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA PÚBLICA PARA A EFETIVIDADE DO DIREITO À INFORMAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DA REDE OUVIR NO ESTADO DO CEARÁ	
MARIA NEVES FEITOSA CAMPOS	257
1 Introdução	257

2 O direito à informação.....	258
2.1 O princípio da publicidade e a transparência pública.....	259
2.2 A Lei de Acesso à Informação	260
3 A ouvidoria pública e a implantação da Rede Ouvir no estado do Ceará	261
4 Considerações finais	263
Referências.....	263

OUVIDORIAS JUDICIAIS E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – OUVIDORES JUDICIAIS: DE ARAUTOS DO REI A MENSAGEIROS DO POVO

MOACYR LOBATO DE CAMPOS FILHO	265
1 Introdução.....	265
2 Surgimento dos ouvidores na história brasileira	265
3 As disciplinas normativas das ouvidorias no Brasil	267
4 A criação das ouvidorias judiciais no Brasil.....	270
4.1 A Emenda Constitucional nº 45 e as ouvidorias judiciais.....	270
5 O protagonismo do Poder Judiciário e as ouvidorias judiciais.....	272
6 O magistrado: os modelos de Júpiter, Hércules e Hermes	273
7 As ouvidorias judiciais e a Lei de Acesso à Informação.....	275
8 Transparência e informação.....	275
Referências.....	277

GOVERNO ABERTO, DADOS ABERTOS E O JUDICIÁRIO

NEIDE DE SORDI	279
1 O acesso à informação na Agenda 2030.....	279
2 O acesso à informação no Brasil	280
3 Dados abertos e governo aberto.....	281
4 A parceria para o governo aberto (OGP).....	282
5 Dados abertos e governo aberto como política pública.....	284
6 Governo aberto e a sociedade civil - Usos e reusos de dados abertos	286
7 Transparência pública, dados abertos e o Poder Judiciário.....	288
Referências.....	292

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA VISÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO RS

NEY WIEDEMANN NETO	297
1 Introdução.....	297
2 Das disposições gerais.....	299
3 Do acesso a informações e da sua divulgação	299
4 Do procedimento de acesso à informação.....	300
5 Das restrições de acesso à informação	300
6 Das responsabilidades.....	302
7 Das disposições finais e transitórias.....	303
8 A questão da publicidade processual	303
9 A aplicação da lei pelo Poder Judiciário do RS.....	307
10 Conclusão	310
Referências.....	311

O IMPACTO DA EXPANSÃO DO PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DO ELEITOR NA ATUAÇÃO DA OUVIDORIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PAULO SÉRGIO BRANT DE CARVALHO GALIZIA, CINEIDE HELENA VITORINO DE ANDRADE, LUIS FELIPE REIS, REGINA RUFINO	313
I Introdução	313
II Histórico	314
III O Tribunal Regional de São Paulo e as formas de interação com a sociedade.....	315
IV O recadastramento biométrico	318
V O papel da Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo no recadastramento biométrico.....	319
VI Uma análise quantitativa da perspectiva de crescimento da demanda da ouvidoria a partir da expansão do Programa de Identificação Biométrica do Eleitor.....	320
VII Considerações finais.....	324
Referências.....	325

BOAS PRÁTICAS DO SETOR PRIVADO NA PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

PAULO WANICK	327
1 Introdução.....	327
2 Finalidade de uma organização empresarial.....	328
3 Modelo de gestão: integração entre a estratégia, gestão de riscos e monitoramento da performance do negócio.....	331
3.1 A estratégia como fator fundamental para a geração do valor pretendido.....	331
3.2 O gerenciamento de riscos como instrumento de avaliação das incertezas inerentes aos propósitos organizacionais.....	333
3.3 O monitoramento da performance do negócio como dispositivo de aferição dos resultados e melhoria contínua.....	335
4 A transparência das informações como medida de gestão, de controle e de <i>compliance</i>	336
5 Boas práticas empresariais com foco similar à Lei nº 12.527/2011.....	338
6 Conclusão.....	341
Referências.....	342

LAI: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ATUAIS SOBRE TRANSPARÊNCIA, IMPRENSA, CIDADANIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

RAFAEL CLÁUDIO SIMÕES	345
Introdução.....	345
Impressos e transformações.....	345
Impressos e política.....	348
Imprensa e corrupção.....	351
Avanços institucionais da transparência pública: a LAI.....	354
Breves considerações finais.....	357
Referências.....	359

OUVIR E INFORMAR, DIREITO DO CIDADÃO – DEVER DA GESTÃO

RAPHAEL JOSÉ DE VASCONCELOS UCHOA, PAULO DE SOUZA COUTINHO FILHO	361
1 Introdução.....	361
2 Acesso à informação.....	362
3 Ouvidoria: seu surgimento e suas atualizações.....	362
4 Expectativa do cidadão e do jurisdicionado com relação aos trabalhos das ouvidorias.....	363
5 Melhoria dos serviços prestados com base nas demandas das ouvidorias.....	364
5.1 Do controle social para as aplicações internas.....	364
6 Integração entre ouvidorias.....	364
7 Conclusão.....	365

TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DEMOCRÁTICO: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ROBERTA LÍDICE	367
Do prazo de resposta da demanda.....	367
Da transparência ativa.....	368
Da transparência passiva.....	368
Da pesquisa de satisfação.....	368
Ouvidorias de Justiça e sua função social.....	368
Ouvidoria no Brasil.....	369
Ouvidoria em São Paulo.....	369
Ouvidoria para a consolidação da cultura de transparência.....	370
Conclusão.....	371

OUIDORIAS PÚBLICAS – PERSPECTIVAS E DESAFIOS

ROSE MEIRE CYRILLO	373
Introdução.....	373
1 Ouvidoria e suas perspectivas.....	373
1.1 Ouvidoria como órgão de comunicação.....	373
1.2 Ouvidoria e seu papel estratégico dentro da instituição.....	375
1.3 Ouvidoria como espaço de manejo e resolução de conflitos.....	376
2 Desafios.....	377
2.1 Questões estruturais.....	377
2.2 Construção de resultados.....	378
Considerações finais.....	380
Referências.....	380

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

ROSE MEIRE CYRILLO, THAIS DELGADO DE MELLO E ALEGRIA, VINÍCIUS RADKE DORNELES	383
Introdução	383
1 Lei de Acesso à Informação	384
1.1 Contexto histórico	384
1.2 Implantação do Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito do MPDFT.....	385
2 Análise quantitativa dos dados do Sistema de Serviço de Informação ao Cidadão do MPDFT.....	386
2.1 Base de dados utilizada e número de requerimentos recebidos.....	386
2.2 Classificações pertinentes aos requerimentos de informações.....	387
2.3 Dinâmica do processo de acesso à informação no MPDFT	389
2.3.1 Transparência ativa e transparência passiva	389
2.3.2 Triagem dos requerimentos de informação recebidos	389
3 Tendências e desafios do Serviço de Informação ao Cidadão do MPDFT	391
3.1 Tendências pautadas no advento da Política Nacional de Dados Abertos	391
3.2 Desafios do Serviço de Informações ao Cidadão – MPDFT	392
Considerações finais.....	393
Referências.....	393

A OUVIDORIA PÚBLICA, AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA E AS OUVIDORIAS JUDICIAIS

RUBENS PINTO LYRA	395
1 A ouvidoria pública: racionalidade instrumental ou dialógica?.....	395
2 Singularidade, imprescindibilidade e especificidades da ouvidoria pública	396
3 Principais modalidades de ouvidoria pública	397
3.1 O modelo hegemônico: subordinada, clientelista e sem legitimação social.....	397
3.2 Três modalidades de ouvidoria autônoma e democrática: a do município de Santo André, a do município de São Paulo e a da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	398
3.2.1 A Ouvidoria de Santo André: externa, autônoma, democrática e sem vínculos com os poderes municipais	398
3.2.2 A Ouvidoria Geral do município de São Paulo: externa, autônoma, democrática e vincula- da ao Poder Executivo.....	399
3.2.3 A Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: externa, autônoma, democrá- tica e vinculada à Defensoria Pública	399
4 Comparação entre o modelo de ouvidoria autônoma e democrática e o da ouvidoria judicial	400
4.1 Introdução	400
4.2 <i>Status</i> e autonomia	401
4.3 A questão democrática	402
4.4 Reflexões sobre os fundamentos constitucionais da ouvidoria judicial e a atuação do ouvidor.....	403
4.5 Alcance das atribuições da ouvidoria judicial	405
5 A idoneidade e a autonomia da ouvidoria pública.....	406
6 Reflexões sobre o “estado da arte” das ouvidorias e propostas de mudança.....	407
Referências.....	409

A JUSTIÇA ENTRE *ARCANA IMPERII* E *ACCOUNTABILITY*: JORNALISMO, SEGREDO E TRANSPARÊNCIA

VICTOR GENTILLI, LUMA POLETTI DUTRA	411
Introdução	411
Segredo e poder	412
Pentágono, Watergate e WikiLeaks.....	413
Acesso à informação e <i>accountability</i>	416
Lei de Acesso à Informação no Brasil	418
Transparência no Judiciário	419
Considerações finais.....	420
Referências.....	421

SOBRE OS AUTORES	423
-------------------------------	-----